

**NOTA**





## **Brasília e seu entorno, o entorno e sua Brasília<sup>1</sup>**

**Marcelo de Mello – Universidade Estadual de Goiás**  
mellogeo28@yahoo.com.br

### **Introdução**

Brasília, a capital do país, foi concebida como um dos elementos centrais de uma política elaborada para a implementação de uma nova lógica gestora do território nacional. A nova cidade-capital trouxe consigo o germe de um novo modelo de configuração territorial, arquitetado a partir de um discurso modernizador que colocou a integração do território nacional como uma condição indispensável para a constituição de um Estado Republicano.

A cidade-capital interiorana foi planejada a partir de uma intencionalidade específica e revela, por meio das formas materializadas no território, o pensamento que vigorava na época de sua idealização: a necessidade de um planejamento funcional focado na superação de problemas produzidos por uma sociedade que, até então, se pautou no improvisado e na ausência de critérios racionais. Nesse contexto, o território foi um elemento disciplinador fundamental: a partir dele, aspirou-se o controle das manifestações sociais.

Brasília surge como a cidade ideal por permitir – teoricamente – uma coabitação harmônica. Os vários segmentos sociais deveriam reconhecer a necessidade de aceitação de sua condição específica no bojo de um projeto que vislumbrava a construção de um Estado de Direito capaz de beneficiar a todos os que se dispusessem a compartilhar as virtudes inerentes ao trabalho árduo e dignificante.

Entretanto, é impossível deixar de notar que a base dessa harmonia era assimétrica, ou seja, segregava os pobres, os trabalhadores, os denominados candangos de um lado e, de outro, dava visibilidade, recursos e confortos às esferas e escalões mais elevados. Tentou-se, assim, colocar numa mesma equação territorial ações e efeitos dissidentes, em prol de um “equilíbrio” social.

## Brasília e o Entorno

Brasília é marcada por siglas: SQS (Super Quadras Sul), SQN (Super Quadras Norte), SHIN (Setor de Habitações Individuais Norte), SCS (Setor Comercial Sul), SDS (Setor de Diversões Sul) e por uma infinidade de outras siglas/lugares. Tais siglas representam a setorização, a divisão territorial das funções sociais, que desde o primeiro momento marcou o solo desta Unidade Federativa. Essa configuração territorial, com vistas a um ordenamento social, foi o caminho escolhido para a materialização de uma cidade idealizada.

A partir dessa lógica organizadora do território brasiliense, podemos elaborar alguns questionamentos com o intuito de compreender a relação entre a teoria balizadora da construção de Brasília e a realidade materializada em um território repleto de contradições:

- Existe, em Brasília, uma sigla, um lugar para cada segmento social?
- O valor do solo na capital federal é determinado pela importância do lugar para a coletividade, partindo-se do princípio de que “todos” os lugares são importantes para “todos”, ou por uma lógica especulativa-imobiliária?
- Os programas implementados no decorrer da construção e consolidação da cidade-capital interiorizada contemplaram, além das obras de infraestrutura, as demandas sociais dos migrantes?

Uma reflexão promovida e referenciada por esses questionamentos nos remete à distância presente entre a teoria e a prática encontradas nas ações que materializaram a nova capital federal. Põe, também, a nu, as contradições da proposta de gestão territorial que a gerou: o próprio planejamento esmerado numa conduta de ordem e funcionalidade ocasionou o descontrole e o caos.

Nesse contexto, a realidade apresentada pelos municípios que circundam Brasília revela as fragilidades dos discursos institucionais que estimularam a construção da nova capital e inflamaram um movimento migratório centrado nas maravilhas advindas da construção da cidade messiânica de Juscelino Kubitschek.

Brasília “testemunha” a impossibilidade de se neutralizar as contradições sociais por meio de ações e medidas amparadas por uma racionalidade instrumental. A realidade produzida a partir dela, insere na relação planejamento-território um importante adendo: o conteúdo das classes e das identidades sociais não se dissocia do território.

## O Entorno e Brasília

Na atualidade, boa parte dos municípios do entorno de Brasília<sup>2</sup> está devolvendo à capital federal – como num refluxo – parte dos desarranjos infringidos em seus territórios, a partir do estabelecimento dos canteiros de obras no quadrilátero que abrigou a cidade-capital. Devemos destacar que mesmo antes de Brasília se tornar um centro de atração para grandes fluxos migratórios, o seu entorno já era afetado pela projeção da cidade de Juscelino Kubitschek, que adquiriu uma densidade material muito antes de sua inauguração em 1960.

Podemos citar, como exemplo, o que ocorreu em Corumbá de Goiás, fundada em 1737, este município exerceu durante dois anos papel fundamental na assistência aos que se dirigiam aos canteiros de obra em fase de instalação – do final de 1956 até a metade de 1958. Esse período foi marcado por grandes expectativas vinculadas ao surgimento de fábricas de cimento e de escolas especializadas.

Um artigo do jornal *Corunbaense Goiano* retrata bem esse período:

A mudança da capital federal para o longínquo sertão goiano será um passo para despertar essa grandiosa tentativa de se colonizar o país, nessa parte do Brasil central, onde os recursos superabundam. Da fertilidade de seus solos e de seus mananciais riquíssimos, talvez quem sabe, surgirá a “Fonte da Juventude” para inspirar os nossos futuros dirigentes [...] Corumbá de Goiás está vivendo o seu período áureo. Raro é o dia em que não se registram compra e venda de terras. O Fôro causa um movimento extraordinário, muitas divisões, muitos inventários, muitas ações possessonais e muitos processos. É necessário, pois, que estimulemos as boas iniciativas e facilitemos, ao máximo, a todos aqueles que aqui desejem empregar o seu capital ou desenvolver atividades que trarão grande desenvolvimento para o município (O Corunbaense Goiano. 1957: 01).

Porém, a inauguração de uma rodovia asfaltada – que, simultaneamente, conduziu pessoas e produtos mais rapidamente à nova capital e tirou Corumbá de Goiás de sua condição estratégica para os que seguiam rumo a Brasília – fez com que a euforia inicial fosse substituída por sentimentos de infelicidade coletiva mais duradouros.

Mas foi entre as décadas de 1970 e 1980 que o território do entorno foi efetivamente envolvido por um processo de ocupação do solo com vistas à abertura de loteamentos – neste momento, a ocupação se concentrou nas margens da BR-040. Isso fez parte da própria lógica de produção e reprodução do espaço urbano da nova capital: a construção de uma cidade e

o seu desenvolvimento coloca em cena a disputa por seu solo, bem como pelo solo das cidades que estabelecem relações diretas com ela; não houve nenhuma cidade planejada em que o Estado controlou, de forma absoluta, o solo-mercadoria. Nem mesmo a empresa pública criada para fazer a gestão do solo urbano de Brasília – a Terracap – conseguiu garantir uma soberania estatal sobre o processo de parcelamento do solo urbano. Os agentes imobiliários tornam-se, antes de tudo, agentes políticos, influenciando as leis e as tendências de crescimento das cidades. Com isso, assumiram as funções de agentes da produção do espaço urbano.

Estamos diante de uma evidência da lógica urbana capitalista explicadora de fenômenos como a conurbação. Essa lógica reprodutora do espaço criou uma aparente repartição nos territórios das cidades do entorno. Contudo, se rompermos os limites das aparências e nos determos nos processos promotores dessa realidade, constataremos a existência de superposições e entrecruzamentos: uma cidade existe na outra, surge da outra, perdendo não apenas o regime de sua autonomia, mas a cifra de uma identidade fronteiriça.

Tais superposições e entrecruzamentos são constatados quando analisamos a natureza das relações que mantiveram a vida dos cidadãos expulsos do Distrito Federal atrelada a este centro de expulsão. Esses ex-candandos, e os “chegantes” mais recentes, criaram um vínculo marcado por uma grande “fluidez” com o território do Distrito Federal. Vínculo construído a partir das necessidades de mão-de-obra de Brasília e de sobrevivência dos moradores do entorno.

A relação definida por essa realidade tem como uma de suas características a intensa mobilidade territorial caracterizada pelo movimento migratório pendular entre o Distrito Federal e os municípios do entorno. É nesse jogo de percursos pendulares que a precisa delimitação precisa de fronteiras entre territórios pode ser entendida como “dissolvida”. A fronteira envolvida por uma expressiva mobilidade abre caminho para um território complexo, fazendo emergir o desordenamento como produto de ações e interesses contraditórios.

Essa constatação nos conduz a alguns questionamentos com o seguinte teor: as sensações de “distância” e “proximidade” advindas dos diálogos travados entre Brasília e seu entorno podem ser bem avaliadas por meio de considerações que apontem somente para a dimensão do que é percebido pelos órgãos sensoriais? Será que a simples oposição: Brasília-centro e entorno-periferia pode apresentar indícios comprobatórios que estabeleçam uma distinção entre os processos que fundaram estas realidades? Pensamos

que não! Esta resposta negativa é amparada pela trajetória apresentada neste texto, que qualifica o processo produtor do território de Brasília e de seu entorno como complexo, contraditório e articulado: estas “duas” realidades são manifestações de uma mesma lógica de reprodução territorial.

### **Considerações finais**

As paisagens dos municípios do entorno de Brasília denunciam a desordem promovida em torno de um discurso ordenador, que a despeito das promessas realizadas não conseguiu acabar com os conflitos e com as contradições territoriais produzidas pela sociedade.

O conflito é, geralmente, caracterizado por oposições no interior de relações centradas em dois elementos: na população e no território (RAFFESTIN, 1993). A face mais expressiva do conflito manifestado pelo território contemplado por este texto está na impossibilidade de acesso ao solo urbano de Brasília e na possibilidade de acesso ao solo urbano do entorno da capital federal. Enquanto no interior do território da cidade planejada impera a restrição à fixação de residências, em seu entorno foi decretada a “liberdade” na ocupação do solo. “Liberdade” regulada por uma lei de mercado em que os loteamentos são produzidos através da ação especulativa de agentes imobiliários.

Essa “liberdade” produziu situações críticas ao redor de Brasília, que passaram a afetar a cidade-capital de maneira direta: índices de criminalidade alarmantes, uma mobilidade populacional que dificulta a organização espacial do Distrito Federal, a intensa e progressiva procura por serviços médicos e educacionais, estão hoje entre as principais marcas da capital federal.

Percebemos, então, a composição de situações de desigualdades reproduzidas a partir da multiplicação de pólos geradores de desarranjos: num primeiro momento, os problemas de Brasília avançaram por sobre os municípios do entorno, criando desarranjos desarticuladores de uma ordem existente; posteriormente, o desarranjo criado no entorno retornou a Brasília de maneira potencializada. Na atualidade, Brasília e o entorno se “invadem”.

Esta realidade comprova uma importante assertiva do paradigma sócioespacial: não se pode pensar o espaço fora da sociedade, nem esta sem o espaço. Ainda devemos levar em conta que uma “cidade” não é refém de outra, ambas se imiscuem, gerando uma maior complexidade nos seus territórios, que não estão sujeitos a uma decantação capaz de separar suas histórias

como se estas fossem independentes: Brasília e seu entorno; o entorno e sua Brasília são produtos de uma mesma lógica contraditória.

- 1 Esta nota é produto de reflexões realizadas no âmbito do desenvolvimento de uma investigação vinculada ao programa de pesquisa e pós-graduação em geografia do IESA/UFG.
- 2 Com é o caso de Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental, Águas Lindas e Santo Antônio do Descoberto.

## Referências

ARRAIS, Tadeu Alencar. **A região como arena política**: um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano. Goiânia: Vieira, 2007.

DUARTE, Luíz Sérgio da Silva. **A construção de Brasília**: modernidade e periferia. Goiânia: Cegraf, 1997.

MELLO, Marcelo de. **Luziânia**: a fragmentação territorial de um município do entorno de Brasília. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, IESA, 1999.

O Corunbaense Goiano, n 6, 19 jan. 1957: 01

PAVIANI, Aldo. Periferização urbana. In: PAVIANI Aldo (Coord.). **A gestão dos conflitos em Brasília**. Brasília: UNB/CODEPLAN, 1987.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

---

**Marcelo de Mello** – Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, professor da Universidade Estadual de Goiás.

---

Recebido para publicação em Junho de 2009

Aceito para publicação em Junho de 2009